# REFLEXÕES SOBRE PSICOPATOLOGIA A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

**Talita Regina dos Santos Ferreira**[1]

**Flavia Diniz Roldão**[2]

**RESUMO:** A Psicologia Histórico-Cultural apresenta uma compreensão inovadora da constituição psíquica do sujeito, pois considera a realidade histórica, cultural, material e objetiva, como aspecto fundamental no estudo da psique. Essa compreensão é um dos pressupostos dessa teoria que faz uma crítica às posturas assumidas por outras abordagens, que naturalizam a construção da subjetividade humana, desconsiderando as experiências vividas pelo sujeito, que colaboram para o desenvolvimento da psique e da identidade. O presente estudo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica conforme proposta por Gil, na busca por compreender como a perspectiva Histórico-Cultural entende o conceito de Psicopatologia, realizando uma contextualização, relacionando os pressupostos da abordagem com a concepção do conceito, na tentativa de analisar brevemente como essa perspectiva compreende as manifestações psicopatológicas. O estudo apontou para a necessidade de compreender as psicopatologias do sujeito em sua totalidade considerando as multiplicidades das relações humanas, e o ser humano como um ser complexo.

**Palavras-chave:** Psicologia Histórico-Cultural. Subjetividade. Psicopatologia.

## INTRODUÇÃO

A Psicologia Histórico-Cultural é uma abordagem que possibilita um novo olhar sobre o ser humano, e concebe este como um ser ativo frente a sua atuação no contexto cultural em que está inserido. Essa perspectiva do humano, considera a trajetória do sujeito, a sua história e a sua identidade como construções sociais. Compreende a identidade como movimento e metamorfose (ROLDÃO, BULGACOV, 2006). De acordo com Rey (2011), essa abordagem apresentou entre seus atributos inovadores o "reconhecimento do caráter cultural, histórico e social da psique humana, sem diluí-la nos processos que participam de sua gênese, no qual a dialética, como modo de pensamento, teve forte influência" (REY, 2011, p. 116).

Assim sendo, a Psicologia Histórico-Cultural com base no materialismo histórico-dialético, tem como premissa a relação entre a objetividade da realidade e a subjetividade

[1] Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Psicóloga formada pelo Unibrasil Centro Universitário. E-mail: flaviaroldao@gmail.com.

[2] Doutoranda em Educação. Professora do curso de Psicologia do Unibrasil Centro Universitário. E-mail: flaviaroldao@gmail.com.

humana, bem como aponta para a maneira com que essa relação interfere e influencia o desenvolvimento dos processos psicológicos humanos.

Por essa visão inovadora, comparativamente às demais concepções da psicologia, a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural apresenta diversas contribuições peculiares à compreensão humana, dentre elas, a sua percepção acerca dos transtornos psicológicos e por assim dizer, da Psicopatologia. Entende que o desenvolvimento biológico pode resultar em manifestações psicopatológicas, no entanto, enfatiza a influência do contexto cultural na manifestação e na superação dessas. Nesse sentido, o presente estudo pretende se aproximar do conceito de Psicopatologia construído historicamente, e a partir de tal proposição, refletir sobre a visão inovadora que a perspectiva Histórico-Cultural tem a respeito do tema.

## 1 A PSICOPATOLOGIA: BREVE PERCURSO HISTÓRICO

O conceito de loucura acompanhou a história da humanidade, uma vez que, nas diversas instituições e organizações sociais, sempre houveram pessoas que apresentavam atitudes que não condiziam com a tão esperada "normalidade" daquele determinado tempo histórico. Dessa forma, a compreensão da loucura na atualidade se dá pelas forças contraditórias manifestadas historicamente: de um lado a ideia medieval de transtorno mental, e de outro a noção médico-psiquiátrica que se desdobrou em práticas de internação e práticas terapêuticas invasivas (SCHNEIDER, 2009).

A expressão Psicopatologia surge na França, onde médicos tentavam nomear o sofrimento psíquico. Esse termo composto de três palavras gregas *"psique"*, *"pathos"* e *"logos"*, admite como possível tradução dos termos alma, sofrimento e conhecimento respectivamente, assim Psicopatologia seria um discurso representativo a respeito do sofrimento psíquico (CECCARELLI, 2005).

Para Ceccarelli (2005), cada contexto social, histórico e político apresenta um conceito de psicopatologia. Observamos que distintas abordagens teóricas da psicologia, também conceituam-na de formas diferentes. Nesse sentido, "temos ao longo da história várias metapsicologias, cada uma com referências próprias e diferentes perspectivas teórico-clínicas" (CECCARELLI, 2005, p. 471).

O autor exemplifica esta ideia considerando que nas antigas civilizações o sofrimento psíquico era entendido como um castigo dos deuses, que se caracterizava pela perda da razão. Mais adiante, com as ideias de Platão, a loucura foi entendida como resultado do desequilíbrio

de elementos da *psichê*. Já na Idade Média a loucura esteve associada à possessão demoníaca, o que mostra a influência dos aspectos religiosos neste tempo histórico. Essas ideias perderam espaço entre os séculos XV e XVI com o desenvolvimento de estudos na área da medicina (CECCARELLI, 2005).

Esse cenário evidencia que até o final do século XVIII e início do século XIX, não existia um saber voltado para o sofrimento psíquico humano, afinal a preocupação tinha como foco a doença, no sentido de conhecer o sintoma e classificá-la. Aponta Schneider (2009) que:

> A história da psicopatologia caminha *pari passu* com a história da psiquiatria, enquanto domínios correlatos. A psiquiatria, concebida dentro dos parâmetros de desenvolvimento da medicina, adquiriu reconhecimento como especialidade somente no século XVIII, com os trabalhos nosólogos com Pinel, Tuke, Rush, que realizaram a primeiras classificações da loucura, influenciados pelo pensamento classificatório típico do empirismo, perspectiva dominante da ciência de então (SCHNEIDER, 2009, p. 64).

O mesmo autor anteriormente referenciado afirma que essas primeiras classificações deram origem a descrições exaustivas de sintomas, que começaram a organizar as psicopatologias com ênfase no empirismo. Nesse sentido, esse processo homogeneizou os sintomas e resultou na construção de manuais, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que em sua maioria se destinam a "uniformizar os critérios diagnósticos, o registro estatístico e a comunicação entre clínicos, porém pautam-se em um evidente *descompromisso teórico*" (SCHNEIDER, 2009, p. 66).

A elaboração destes manuais teve a intenção de criar uma nomenclatura única que orientasse pesquisadores e clínicos de diferentes posições teóricas a classificar a doença conforme os sintomas apresentados pelos pacientes (CECCARELLI, 2005). No entanto, pode-se apontar como uma fragilidade desse sistema o fato de desconsiderar "a subjetividade tanto daquele que está sendo 'classificado' quando daquele que classifica: o olhar de quem olha não é imune à sua própria organização subjetiva" (CECCARELLI, 2005, p. 473). Essa perspectiva serve de alerta para considerar tanto a conjuntura na qual o sujeito está inserido quanto às relações estabelecidas por ele neste contexto, uma vez que há aspectos subjetivos envolvidos no processo de adoecimento mental e que a relação estabelecida com o outro também possibilita a construção da subjetividade.

Por meio do percurso histórico da psicopatologia é possível perceber que o processo de construção do termo acontece pelo desenvolvimento dos estudos da medicina e culmina na homogeneização dos sintomas dos transtornos psicológicos. Esse fato dificulta o diálogo entre

as diferentes abordagens teóricas por desconsiderar a relação dialética entre os aspectos subjetivos e objetivos, e tentar reduzir o fenômeno psíquico a um discurso único que não consegue compreender as facetas da complexidade humana.

## 2 O CONTEXTO CULTURAL E HISTÓRICO NA PSICOPATOLOGIA

Os estudos de Vygotsky, Leontiev e Lúria foram fundamentais para a construção inicial dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural. As ideias desses autores destacam o ser humano como um sujeito social e histórico (BORTOLANZA; RIGEL, 2016). Tais pressupostos estão fundamentados no contexto de vida de Vygotsky que, a partir de sua experiência situou o homem na sua própria história compreendendo que a identidade e a personalidade desse sujeito são construídas historicamente (BOCK; GONÇALVES; FURTADO; 2015; ROLDÃO; CAMARGO; DIAS, 2019).

Sintetizando os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, Bock, Gonçalves e Furtado (2015) afirmam que essa abordagem concebe o homem como ativo, social e histórico, que participa de uma sociedade construída historicamente por meio do seu trabalho e da sua produção material. É nessa relação com a objetividade que o sujeito constrói a sua subjetividade, uma vez que se tem "o homem concreto (o ser humano inserido em sua realidade histórica objetiva), reiterando que o psiquismo é – ele também – uma realidade objetiva" (ROMANELLI, 2011, p. 203). Nesse sentido, a construção da subjetividade também é histórica, pois que se relaciona com o contexto cultural e histórico.

Dessa forma, esta abordagem permite compreender que a consolidação psíquica do sujeito se dá por meio da relação entre a subjetividade social e individual. Rey (2012) afirma que ambas instâncias são momentos diferentes que coexistem num mesmo sistema, uma vez que estão em desenvolvimento permanente e se manifestam ao longo desse. Assim, a subjetividade não é abstrata, pelo contrário é um sistema formado por sujeitos concretos e se constitui nesses sujeitos na medida em que influencia sua trajetória "e se configuram subjetivamente através de sua ação nos vários espaços da vida social" (REY, 2012, p. 145).

Essa concepção a respeito da importância do contexto cultural e histórico para a construção da subjetividade do sujeito em aspectos como identidade e personalidade, é um pressuposto dessa perspectiva, e se evidencia no desenvolvimento das funções psíquicas do homem, sejam elas funcionais ou disfuncionais. Rey (2007) afirma que:

> A grande conquista que implicou o reconhecimento do aspecto simbólico discursivo do patológico foi o reconhecimento de uma dimensão cultural e social em fenômenos que historicamente haviam permanecido ocultos atrás do mecanismo social de sua naturalização, o que é totalmente incompatível com uma posição histórico-cultural (REY, 2007, p. 155).

Dessa forma, é possível afirmar que a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural reconheceu a influência da dimensão cultural e social, refutando a ideia da naturalização dos fenômenos psicológicos. De acordo com Bock, Gonçalves e Furtado (2015), a consolidação do fenômeno psicológico acontece no processo histórico de construção social, pois se relaciona com o mundo social e material.

> A naturalização acarreta reconhecer a *natureza real* de um problema no rótulo, o que leva à universalização de uma condição que define práticas sociais despersonalizadas com relação ao "problema", perdendo de vista o sujeito que o expressa e os contextos e práticas sociais em que se gera (REY, 2007, p. 155).

Assim, a naturalização dos fenômenos psicológicos impossibilita a visão do sujeito como ser ativo frente aos problemas apresentados, o que gera um processo de despersonalização do próprio sujeito e culmina na adoção de rótulos que marcam a sua história, desconsiderando os contextos e as práticas sociais que podem gerar ou influenciar a manifestação psicopatológica. Para Rey (2007) essa foi a ideologia adotada pelo sistema manicomial, em que o sujeito era convertido em objeto "sem identidade, que somente passava a ser identificado pelo conceito que o classifica em uma categoria universal, portadora do estigma da anormalidade" (REY, 2007, p. 155).

A respeito do processo da naturalização Silva e Tuleski (2015) afirmam que:

> Numa concepção naturalizada de sociedade, transformando o que é histórico e social em algo natural, a psicologia, muitas vezes, tem atuado à serviço das ideologias dominantes vigentes, afirmando as divergências de comportamento como desadaptações, no crescente processo de patologização da vida e culpabilização dos indivíduos em particular. Sob o paradigma biomédico, tão apropriado pela psiquiatria, o entendimento e cuidado do sofrimento mental das pessoas vêm sendo feitos por meio de sistemas de classificação dos transtornos que ficam restritos às descrições de sinais e sintomas de manuais para diagnósticos. Ao invés de serem utilizados como mais um instrumento para elaboração e planejamento do plano terapêutico do sujeito, dentre muitos outros, têm sido aplicados de forma taxativa, descritiva e encerrados em si mesmos (SILVA, TULESKI, 2015, p. 208).

Fica evidente, então, que a sociedade atual tem uma tendência à naturalização do que é histórico e social, e essa característica possibilita que o sujeito seja culpabilizado por sua não adaptação. Isso se ressalta nas mais diversas classificações patológicas que tentam explicar os

sintomas e as causas do adoecimento mental do sujeito. Cabe destacar que, para Silva e Tuleski (2015), o próprio adoecimento mental é construção histórica e social, ou seja, não se desvincula da realidade material e objetiva.

Nesse sentido, "a patologia não é uma estrutura intrapsíquica individual, mas uma configuração subjetiva que é uma verdadeira produção sobre a experiência vivida" (REY, 2007, p. 164). Assim pode-se afirmar que na perspectiva Histórico-Cultural a patologia se relaciona com as experiências do sujeito, sendo considerada um processo vivo e em movimento dinâmico, que geralmente dificulta as relações que este estabelece com o seu contexto, e pode até mesmo impedi-lo de encontrar novas possibilidades frente aos processos que lhe afetam, e de alguma forma geram danos às suas relações. Nesse sentido, "o transtorno não é uma limitação intrínseca da pessoa que o sofre, como sinaliza a ideia de patologia" (REY, 2011, p. 104), mas constitui-se como o resultado da paralização do sujeito frente ao conflito experimentado (REY, 2007).

Assim, a patologia se apresenta como uma impossibilidade de produção de sentidos subjetivos, culminando numa diferenciação que, por sua vez, oportuniza uma crise de identidade e o desenvolvimento de sintomas. Ou seja, "o sujeito perde a capacidade de assumir posições próprias diante das situações sociais que enfrenta, ou seja, perde a capacidade de ação como sujeito" (REY, 2012, p. 162).

É importante, contudo, não negar possíveis contribuições biológicas implicadas no aparecimento e configuração de determinada patologia no sujeito. Para Silva e Tuleski (2015), o transtorno mental atua na personalidade do sujeito, na medida em que altera a atividade assimilada por este ao longo do seu desenvolvimento social. Colaborando com essa ideia, Costa e Peres (2018) afirmam que para Vygotsky o que se desintegra na patologia não são as funções psicológicas como a memória, a atenção, a abstração, entre outros processos psicológicos, mas as conexões entre essas funções.

> Nas alterações de processos psicológicos o que se verifica é a desintegração dos sistemas complexos edificados ao longo da vida coletiva da pessoa, sobretudo, daqueles de mais recente formação. Por isso, via de regra, em situação de alteração mental os conteúdos e modos de comportamento de mais remota formação (conteúdos infantis) se destacam, passando a ocupar o lugar da estrutura semântica da consciência radicada prioritariamente em funções psíquicas formadas no processo de apropriação da cultura, ou seja, em funções psíquicas superiores (MARTINS, 2016, p. 686).

Assim, para compreender o conceito de psicopatologia na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, se faz necessário estar atento à importância do contexto nessa manifestação psicopatológica. É importante ressaltar que há a influência biológica do desenvolvimento do sujeito, mas o contexto acaba por tornar esse sujeito objeto, o que impossibilita o seu desenvolvimento e a apropriação do seu papel enquanto homem ativo, social e histórico.

## 3 A PSICOPATOLOGIA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Como já citado anteriormente, a perspectiva Histórico-Cultural tem concepções que rompem os paradigmas naturalizantes da Psicologia. Nesse sentido, a maneira como compreende as manifestações psicopatológicas está diretamente relacionada ao trabalho desenvolvido por Vygotsky ao longo da sua história de vida. De acordo com Puentes e Longarezi (2013 apud BORTOLANZA; RINGEL, 2016), Vygotsky assumiu diversos postos de trabalho na área da Psicologia infantil e da Pedagogia; estes despertaram no teórico o interesse pelas patologias apresentadas pelas crianças. A partir de então, se aprofundou em tais estudos a fim de descobrir maneiras de ajudá-las a desenvolver suas potencialidades.

Concomitante a estes estudos, a Rússia passava por um período de mudança de regime governamental, e este modelo influenciou diretamente as produções dos psicólogos soviéticos, dentre estas a psicopatologia foi nomeada na União Soviética como Patopsicologia. Esse processo enfatizou estudos nas áreas da psiquiatria e da fisiologia, e teve como resultado a descaracterização do homem e seu adoecimento mental como objeto de estudo da psicologia. Silva e Tuleski (2015, p. 209) afirmam que "na Rússia a psicopatologia desenvolveu-se como novo ramo da psicologia pautado nas ciências naturais e pelo desenvolvimento da psiquiatria".

> O setor da psiquiatria estruturou-se como mais um órgão a serviço da polícia na execução de medidas organizativas contra os opositores, na prisão de dissidentes políticos em hospitais psiquiátricos e nos campos de trabalho forçado. Conforme Wortis (1953), as instituições psiquiátricas tinham a função política e econômica, dependendo do que se pretendia evitar ou sucumbir nas relações entre os homens, no exercício de um poder de punição aos indivíduos não adoecidos mentalmente, mas que perturbavam a ordem política (SILVA; TULESKI, 2015, p. 210).

Entretanto, para colaborar com os estudos acerca da Psicopatologia, foi necessário um aprofundamento a fim de estabelecer uma relação entre a concepção de adoecimento mental, a

realidade material, cultural e histórica, e a construção da subjetividade humana. De acordo com Silva (2014), e Roldão, Camargo e Dias (2019), a morte precoce de Vygotsky impossibilitou maiores elaborações teóricas a respeito da psicopatologia, mas deixou encaminhamentos fundamentais para a compreensão do conceito nesta abordagem. Estes foram investigados mais profundamente pelos demais psicólogos soviéticos.

## 4 DESENVOLVIMENTO HUMANO

É importante ressaltar que não há uma negação do desenvolvimento fisiológico na perspectiva Histórico-Cultural, mas conforme Pasqualini (2009), essa abordagem nega a possibilidade de analisar o desenvolvimento psicológico infantil como um processo natural. A autora afirma que Vygotsky refutava a ideia do determinismo biológico no desenvolvimento. Para ele, os processos biológicos estão subordinados ao desenvolvimento cultural, onde se originam as formas de conduta e a modificação das atividades das funções psíquicas que constroem novos níveis de comportamento humano em desenvolvimento.

No entanto esse processo ocorre por meio de uma atividade social que é mediada por um instrumento que se interpõe entre o sujeito e o objeto de sua atividade, ou seja, o desenvolvimento humano é mediado o tempo todo por objetos externos que auxiliam na constituição psíquica do sujeito. Assim as funções psicológicas são produto da atividade cerebral e resultado da interação do indivíduo com o mundo (FACCI, 2004).

> As funções superiores, produto do desenvolvimento histórico do comportamento, surgem e se formam na era da transição, na dependência direta do meio ambiente, no processo de desenvolvimento sociocultural do adolescente. Eles geralmente não são estruturados ao lado das funções elementares, como novos membros da mesma linha, nem acima deles, como um nível cerebral superior acima do nível inferior; elas são estruturadas à medida que novas e complexas combinações de funções elementares são formadas através do aparecimento de sínteses complexas (VYGOTSKY, 1996, p. 117).

Dessa forma, o desenvolvimento das funções superiores possibilita a construção psíquica do sujeito, que acontece por meio das trocas produzidas pelo contexto em que está inserido de acordo com seu interesse, sendo este processo responsável por seu comportamento (SILVA, 2014). Portanto, é possível compreender que existe o caráter fisiológico do desenvolvimento do sujeito que aliado às trocas realizadas com o contexto exercem contribuição significativa para a consolidação da subjetividade humana.

Pasqualini (2009) ressalta que durante o desenvolvimento existe uma alternância de períodos estáveis e períodos críticos. Os primeiros podem ser entendidos como mudanças microscópicas na personalidade da criança que se acumulam e se manifestam posteriormente. Já os períodos críticos produzem mudanças e rupturas bruscas e fundamentais da personalidade que culminam na reestruturação das necessidades da criança e da sua relação com o meio. Assim, o desenvolvimento é entendido como um processo dialético de mudanças quantitativas e qualitativas, pelas quais a passagem de um estágio para outro se dá por uma via revolucionária.

> Os procedimentos de adaptação podem ser divididos, por sua vez, em hereditários e não hereditários. Os primeiros surgem através de um processo evolutivo muito lento, são desenvolvidos graças à seleção natural, são consolidados e transmitidos por herança. Os últimos são formas de adaptação mais rápidas e flexíveis e têm sua origem no processo da experiência particular do indivíduo. Se os primeiros permitem se adaptar às mudanças lentas do ambiente, os segundos respondem a variações repentinas, rápidas e abruptas. É por isso que eles estabelecem formas de conexão muito mais diversas e flexíveis entre o organismo e o meio ambiente (VYGOTSKY, 1991, p.31).

Como Vygotsky (1991) afirma, ao longo do desenvolvimento o sujeito acumula determinadas vivências que são fundamentais para as mudanças. Essas, por sua vez, consistem em forças motrizes do processo de desenvolvimento humano.

Conforme Júnior e Camargo (2019), a questão do desenvolvimento se debruça acerca das "condições que subsidiam a superação de um determinado momento ou estado para outro mais complexo ou elaborado" (JÚNIOR; CAMARGO, 2019, p. 91). Assim, a constituição psíquica não ocorre concomitantemente ao amadurecimento biológico, uma vez que o sujeito se constitui na rede de relações estabelecidas entre os sujeitos e por meio da cultura (JÚNIOR; CAMARGO, 2019).

> Nessa perspectiva, as relações que estabelecemos com os outros e com o mundo e as aprendizagens decorrentes dessas relações são internalizadas no complexo movimento da dialética de tal modo que não produzem conexões lineares entre experiências ou eventos ocorridos em um determinado tempo/espaço, mas um amálgama dinâmico, complexo, contraditório e de interconstituição entre os diversos significados e sentidos que atribuímos às coisas ao longo da vida (JÚNIOR; CAMARGO, 2019, p. 92).

Dessa forma, a relação estabelecida entre o sujeito e a realidade social se torna o ponto de partida para as trocas ao longo do desenvolvimento em cada idade. Assim, ocorrem modificações na estrutura interna da consciência humana, na realidade externa na qual o

sujeito está inserido e do sujeito consigo mesmo. Modificações estas que vão interferir na personalidade do sujeito e em suas vivências (SILVA, 2014).

Outro aspecto responsável por impulsionar o desenvolvimento humano apontado por Pasqualini (2009) é a situação social do desenvolvimento que constitui a relação estabelecida entre a criança e o meio. Essa obedece a uma dinâmica que regula a formação e as mudanças estruturais em cada idade. Para esta perspectiva, o desenvolvimento se apoia na relação estabelecida entre o sujeito e o seu contexto cultural:

> [...] à medida que o homem se apropria dos elementos da cultura, as funções elementares desenvolvidas e herdadas na dimensão da filogênese passam, na ontogênese, a ser mediadas pelos elementos culturais com os quais o homem entra em contato ao nascer e, por decorrência desse contato, adquirem a possibilidade de ascender para funções voluntárias, superiores (JÚNIOR; CAMARGO, 2019, p. 94).

Os referidos autores ressaltam também que os quatro planos de desenvolvimento humano: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese, estabelecem entre si uma relação dialética, onde, apesar das especificidades, esses planos se influenciam e são influenciados "criando o movimento contínuo de transformação que, na perspectiva histórico-cultural, caracteriza o *processo* de desenvolvimento humano" (JÚNIOR; CAMARGO, 2019, p. 94).

Esses fatores são responsáveis por impulsionar o desenvolvimento do sujeito possibilitando a sua construção psíquica, histórica e social, ou seja, a formação da sua personalidade.

## 5 AS MANIFESTAÇÕES PSICOPATOLÓGICAS

A inserção do sujeito no contexto cultural culmina no domínio das ferramentas psicológicas e culturais humanas, que possibilitam o desenvolvimento saudável. É nessa relação com o contexto que a identidade do sujeito se constrói, e este se apropria de instrumentos psicológicos fundamentais para suas interações sociais (SILVA, 2014).

No entanto, as mudanças ao longo do processo de desenvolvimento alteram também a personalidade do sujeito. Esse aspecto contribui para a compreensão do desenvolvimento humano como um todo, e fundamenta os estudos a respeito da manifestação de algumas patologias (SILVA, 2014).

> A experiência da criança é aquela unidade simples na qual é difícil dizer que representa a influência do ambiente na criança ou uma peculiaridade da própria criança. A experiência constitui a unidade da personalidade e do ambiente, como aparece no desenvolvimento. Portanto, no desenvolvimento, a unidade de elementos pessoais e ambientais é realizada em uma série de experiências diferentes da criança. A experiência deve ser entendida como a relação interior da criança como ser humano, com um ou outro momento da realidade. Toda experiência é uma experiência de algo [...] No entanto, cada experiência é pessoal [...] A verdadeira unidade dinâmica da consciência, unidade plena que forma a base da consciência é a experiência (VYGOTSKY, 1996, p. 382).

Nesse sentido, as vivências são fundamentais para a construção do sujeito, sendo que é por meio de tais vivências que ele experimenta as relações sociais de seu contexto e se apropria das diversas manifestações culturais. No entanto, as relações que se dão podem impedir o sujeito de avançar significativamente em seu desenvolvimento.

> O modo de vida integra de forma naturalizada modos de relacionamento e sequências de práticas de relação sobre as quais a pessoa perde sua capacidade crítica, passando a considerá-las normais, o que leva à eliminação de sua capacidade crítica diante desses comportamentos, reduzindo assim as suas possibilidades de mudanças em relação a eles. O modo de vida não é alheio às configurações subjetivas de muitos dos conflitos que se convertem em transtornos subjetivos (REY, 2011, p. 41).

Nesse sentido, as experiências obtidas pelo sujeito a partir do seu modo de vida e do contexto cultural, bem como as representações e ocultamentos presentes nesse contexto, geram determinados conflitos que ao impedir o desenvolvimento podem gerar transtornos. Por esse ponto de vista, Rey (2011) aponta que o transtorno mental não é o sujeito, mas uma configuração subjetiva que está em processo na vida deste, que ganha sentido devido as suas vivências que repercutem na organização atual da personalidade.

A fim de compreender as mudanças que causam tais conflitos ao longo do processo de desenvolvimento humano, Vygotsky elaborou o termo sistemas psicológicos. Estes correspondem às relações entre as funções concretas do desenvolvimento e as funções que sofrem desintegração ou mudanças patológicas durante o seu processo de alteração (SILVA, 2014).

De acordo com Vygotsky (1991), o sistema psicológico pode ser entendido como novas relações estabelecidas entre as funções psíquicas superiores. Nesse sentido, Silva (2014) afirma que "no decorrer do desenvolvimento psicológico, não são as funções em si, mas a relação entre elas é que muda, a partir do vínculo interfuncional que vão estabelecendo por meio das relações sistêmicas" (SILVA, 2014, p. 128).

Em linhas gerais, existem neoformações ao longo do desenvolvimento que o impulsionam e que são responsáveis por mudar as relações estabelecidas entre as funções. Essa mudança se manifesta na estrutura interfuncional, o que resulta na formação de novos sistemas psicológicos dentre eles as alterações patológicas nas funções psicológicas (SILVA, 2014).

> Ao tratarmos de neoformações patológicas temos que elas poderiam ser resultantes de processos de desintegração e/ou formas alteradas de desenvolvimento, algo que não pode ser visto como natural ou fruto da maturação, nem como desagregação causada por um colapso puramente biológico do organismo, mas um processo regido por leis sócio-históricas, assim como o desenvolvimento (SILVA, 2014, p. 129).

Dessa forma, percebe-se que nesta perspectiva, as manifestações psicopatológicas se relacionam diretamente com as condições de vida concreta do sujeito, uma vez que a realidade do homem não é exclusivamente objetiva, considera-se a realidade construída e os desdobramentos simbólico-emocionais que se dão em suas vivências e constituem os aspectos subjetivos da sua totalidade (REY, 2011).

A realidade social então é uma fonte de desenvolvimento devido à possibilidade do social se transformar em individual determinando trajetórias que permitem a esse sujeito a aquisição de novas propriedades de personalidade (SILVA, 2014). Portanto, é possível compreender as manifestações psicopatológicas de maneira nova, considerando que, "não se trata de doença mental, mas de um desenvolvimento dificultado pelas relações sociais que não levam à formação das funções psicológicas de modo esperado e, portanto, ao domínio da própria conduta" (SILVA, 2014, p. 136). Assim, o processo de adoecimento mental surge da impossibilidade de dar novos sentidos integradores a essas formações, de forma que "o sujeito perde sua capacidade geradora e não tem opções diante do impulso proveniente da configuração subjetiva" (REY, 2007, p. 158).

É importante ressaltar que na perspectiva de Vygotsky, é fundamental considerar o sujeito que passa por esse período de desintegração em sua totalidade, uma vez que a doença é um estado do sujeito que não corresponde a ele como um todo (SILVA, 2014). Essa concepção permite que não se descarte o sujeito enquanto ser social pelo seu processo de patologização, conforme defende Rey (2007).

> Essa tendência de eliminar o sujeito e com ele tudo o que seja sua história, identidade e resistência aos espaços simbólicos sociais dentro dos quais se desenvolve o conjunto de suas práticas, elimina um espaço essencial de subversão do dominante. A pessoa, como sujeito da vida social, não é um indivíduo isolado, e

> sim uma peça-chave na geração de novas práticas e tecidos sociais. Em qualquer contexto social, a pessoa é capaz de gerar alternativas de subjetivação que podem levar à gênese de novos espaços de subjetividade e da ação social (REY, 2011, p. 116).

Nesse sentido, as manifestações psicopatológicas representam um caminho diferente no desenvolvimento do sujeito, no entanto, não correspondem a totalidade deste, assim não se pode excluir o sujeito que apresenta um adoecimento mental da sua vida social, uma vez que ele é responsável por gerar novas práticas sociais, de acordo com as suas potencialidades.

Destaca-se também, de acordo com Silva (2014), que a compreensão das patologias se dá por meio da dialética normal versus patológico, uma vez que o estudo do patológico possibilita entender o caminho de desenvolvimento esperado, o que por sua vez contribui para formas de compreender tais manifestações patológicas. Conforme afirma Vygotsky (1991):

> Portanto, é necessário ir da patologia para a normalidade, explicar e entender o homem normal a partir da patologia e não vice-versa, como vinha fazendo até agora. A chave da psicologia está na patologia; e não porque o último tenha revelado e estudado as raízes da psique antes, mas porque essa é a natureza interna dos fatos que, por sua vez, condiciona a natureza do conhecimento científico sobre esses fatos. Se para a psicologia tradicional qualquer pessoa com psicopatologia é, como objeto de estudo, uma pessoa em maior ou menor grau normal e deve ser definida com relação à normalidade, para os novos sistemas qualquer pessoa normal é mais ou menos patológica e ambos devem ser interpretados como uma variante deste ou daquele tipo patológico (VYGOTSKY, 1991, p. 260).

Em linhas gerais é possível dizer que o desenvolvimento de estudos acerca da personalidade humana é o caminho para a compreensão da patologia a partir de um método histórico que considera a realidade objetiva e subjetiva desse sujeito, bem como o percurso do seu desenvolvimento psicológico (SILVA, 2014).

Portanto, nesta perspectiva não é possível compreender as manifestações psicopatológicas como possibilidades isoladas de um aparelho biológico desconsiderando as múltiplas facetas do desenvolvimento. A complexidade em que se dá esse desenvolvimento está diretamente relacionada com o contexto cultural do sujeito e a sua própria subjetividade que se constrói na relação dialética entre a realidade concreta e a realidade subjetiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da psicopatologia enquanto área do conhecimento se deu com o desenvolvimento de pesquisas que levavam em consideração as funções orgânicas do sujeito, no sentido de investigar sintomas e classificar doenças. No entanto, ao longo do tempo, com o avanço dos estudos na área da psicologia, foi possível perceber que essa concepção apresentava fragilidade ao desconsiderar uma dimensão importante do sujeito, o contexto e as suas relações sociais.

A partir de então emerge a necessidade de compreender as manifestações psicopatológicas em sua totalidade considerando as complexas relações humanas, e o ser humano como um ser complexo. Dessa forma, estudos como o da perspectiva Histórico-Cultural tem o objetivo de contribuir para tal compreensão, partindo do pressuposto de que as relações do sujeito com o seu contexto são fundamentais para sua consolidação psíquica e que o desenvolvimento humano se dá na relação entre o biológico e social.

Nesse sentido, para entender a psicopatologia na perspectiva Histórico-Cultural, é importante esclarecer que o desenvolvimento biológico ocorre estabelecendo uma relação dialética com desenvolvimento social e que ambos possibilitam a consolidação da personalidade do sujeito. Ao longo desse percurso, ocorrem períodos críticos que impulsionam esse desenvolvimento e nos quais podem ocorrer alterações nas funções psíquicas que podem gerar manifestações psicopatológicas.

Devido à morte prematura de Vygotsky os estudos a respeito da Psicopatologia nesta perspectiva, não foram articulados em sua totalidade; no entanto outros psicólogos soviéticos e ao redor do mundo deram continuidade a este trabalho, buscando realizar as articulações necessárias a esta compreensão. Mesmo com tais estudos, compreender essa concepção é um desafio, na medida em que existe pouca bibliografia em língua portuguesa a respeito da temática. Estudar esse assunto se faz relevante para a prática dos profissionais desta abordagem, e abre novas possibilidades de reflexão acerca do papel ativo do sujeito frente as suas possíveis demandas de manifestação psicopatológica.

## REFLECTIONS ON PSYCHOPATHOLOGY FROM THE HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY

**ABSTRACT:** Historical-Cultural Psychology presents an innovative understanding of the subject's psychic constitution, as it considers historical, cultural, material and objective reality as a fundamental aspect in the study of the psyche. This understanding is one of the assumptions of this theory that criticizes the positions taken by other approaches, which

naturalize the construction of human subjectivity, disregarding the experiences lived by the subject, which collaborate for the development of the psyche and identity. The present study used the bibliographic review methodology as proposed by Gil (2017), in the search to understand how the Historical-Cultural perspective sees the concept of Psychopathology, performing a contextualization, relating the assumptions of the approach with the concept formation, in an attempt to briefly analyze how this perspective understands psychopathological manifestations. As results, this study pointed to the need to understand the subject's psychopathologies entirely considering the multiplicities of human relationships, and the human being as a complex subject.

**Keywords:** Historical-Cultural Psychology. Subjectivity. Psychopathology.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana M. B. ; GONÇALVES, Graça M. ; FURTADO, Odair (org)**. Psicologia sócio-histórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015, p.277.

BORTOLANZA, Ana M. E; RIGEL, Fernando. Vygotsky e as origens da Teoria Histórico-Cultural: estudo teórico. **Revista Educativa**. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1020-1042, set/dez, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5464> Acesso em: 24.fev.2018.

CECCARELLI, Paulo. O sofrimento psíquico na perspectiva da Psicopatologia Fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a14.pdf> Acesso em: 26.jun.2019.

COSTA, Eduardo Moura da; PERES, Savio Passafaro. Princípios fenomenológicos da compreensão da esquizofrenia fundamentados em Vigotski. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro , v. 70, n. 3, p. 128-147, set/dez , 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26.jun.2020.

FACCI, Marilda G. D.; TESSARO, N. S,; LEAL, Zaíra F. R. G.; SILVA, Valéria G.; ROMA, Cintia G. Psicologia Histórico-Cultural e Avaliação Psicológica: o processo ensino aprendizagem em questão**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE). Campinas, v.11, n. 2, p. 323-338, dez, 2007.. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000200011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 26.jun.2019.

JÚNIOR, I. C. C.; CAMARGO, D. Tempo histórico: um importante conceito para compreender a concepção Vygotskiana de desenvolvimento humano. In: DIAS, M. S. L. (org.) **Introdução às leituras de Lev Vygotski**: debates e atualidades na pesquisa. Porto Alegre, RS: Ed. Fi, 2019. p. 83- 98.

MARTINS, Lígia M. A dinâmica consciente/inconsciente à luz da Psicologia Histórico-Cultural.**Revista Ibero-americana de estudos em educação**. Espanha, v.11, n. 2, p. 678-689, abr/jun, 2016.Disponível em: < https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/8541/5821> Acesso em 10.jan.2020.

PASQUALINI, Juliana C. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá , v. 14, n. 1, p. 31-40, mar, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em 26.jun.2019.

REY, Fernando González. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thompon Learning, 2007, p. 280.

REY, Fernando González. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011, n. 127.

REY, Fernando González. **O social na psicologia e a psicologia social:** a emergência do sujeito. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 184.

ROLDÃO, F. D.; BULGACOV, Y. L. M. Metamorfoses da identidade: manifestações culturais e artísticas. In: CAMARGO, D; BULGACOV, Y. L. M. **Identidade e Emoção**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. p. 121-133.

ROLDÃO, F. D.; CAMARGO, D; DIAS, M. S. L. A vida e a obra entrelaçadas: discussões sobre o contexto histórico de Vygotski. In: DIAS, M. S. L. (org.) **Introdução às leituras de Lev Vygotski**: debates e atualidades na pesquisa. Porto Alegre, RS: Ed. Fi, 2019. p. 17- 48.

ROMANELLI, Nancy. A questão metodológica na produção Vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 16, n. 2, p. 199-208, abr/jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a03v16n2.pdf> Acesso em 24.fev.2018.

SCHNEIDER, Daniela R. Caminhos históricos e epistemológicos da psicopatologia: contribuições da fenomenologia e existencialismo. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Santa Catarina, v. 1, n. 2 , out/dez, 2009 . Disponível em: <http://psiclin.ufsc.br/files/2010/04/SCHNEIDER-D.-Caminhos-hist-e-epist.pdf> Acesso em: 26. Jun. 2019.

SILVA, Maria A. S.; TULESKI, Silvana C. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 20, n.4, p. 207-216, out/dez, 2015. Disponível em:<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000400207> Acesso em 26.jun.2019.

SILVA, Maria A. S. **Compreensão do adoecimento psíquico**: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik. 17/dez/2014. p. 258. Constituição do Sujeito e Historicidade. Biblioteca Central – **UEM**. Maringá, 2014. Disponível em: <www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2014/maria-ap-1> Acesso em 26.jun.2019.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas.** Los métodos del investigación reflexológicos y psicológicos. Madrid: Visor, 1991. Tomo I.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Desarrollo de las funciones psíquicas superiores en la edad de transición**.** Madrid: Visor, 1996. Tomo IV.